



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7559 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

DIÁLOGOS E TENSIONAMENTOS ENTRE AS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIAS CONSTRUÍDAS SOCIALMENTE NO CENÁRIO BRASILEIRO E LATINO-AMERICANO E AS CONCEPÇÕES SOBRE AS INFÂNCIAS ELABORADAS POR ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFMG A PARTIR DOS ATRAVESSAMENTOS OCORRIDOS DURANTE A EXPERIÊNCIA FORMATIVA DO CURSO

Lucas Ramos Martins - FAE - Faculdade de Educação da UFMG

DIÁLOGOS E TENSIONAMENTOS ENTRE AS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIAS CONSTRUÍDAS SOCIALMENTE NO CENÁRIO BRASILEIRO E LATINO-AMERICANO E AS CONCEPÇÕES SOBRE AS INFÂNCIAS ELABORADAS POR ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFMG A PARTIR DOS ATRAVESSAMENTOS OCORRIDOS DURANTE A EXPERIÊNCIA FORMATIVA DO CURSO

Este trabalho apresenta um recorde de pesquisa de doutorado vinculado ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais com o objetivo de discutir a respeito dos tensionamentos e diálogos entre as concepções de infância construídas socialmente no cenário brasileiro e latino-americano e as concepções sobre as infâncias elaboradas por estudantes do curso de Pedagogia da UFMG a partir dos atravessamentos ocorridos durante a experiência formativa do curso.

Na experiência do mestrado, defendido no mesmo programa de ensino deste trabalho, desenvolvi uma pesquisa sobre os (as) autores (as) e títulos do campo da Sociologia da Infância mais utilizados por pesquisadores (as) que investigaram os temas *criança, infância e Educação Infantil*.

Alguns dos resultados dessa pesquisa mobilizaram o interesse e motivaram a problematização das bases teóricas e metodológicas trabalhadas em torno das infâncias e, conseqüentemente, problematizações sobre as linhas de pensamento abissais (SANTOS, 2007) que fazem parte de nossa elaboração científica sobre as infâncias. Nesse sentido, elencamos alguns questionamentos: de que modo que a produção brasileira, nos âmbitos científicos, acadêmicos e na formação de professores, tem tematizado e construído conhecimentos sobre as infâncias? Estamos sendo capazes de desenvolver análises próprias sobre a especificidade da infância brasileira e latino-americana? Em que medida ficamos limitados às contribuições internacionais para compreender a pluralidade de nossa realidade?

Nesse sentido, o presente recorte de trabalho de tese parte do pressuposto de que há uma construção social da infância na história e no cenário brasileiro e latino-americano que precisa ser pesquisada e conhecida por aqueles que atuam no campo dos estudos da infância.

Quais são os elementos constitutivos desta construção social sobre infância?

É largamente debatida a noção de infância como uma construção social, que perpassa os diferentes tempos históricos de diferentes sociedades. Tal noção compreende a ideia de infância como um conceito construído, não natural, que diz respeito a modos de vida de um sujeito concreto: a criança. No Brasil, há uma literatura que se dedica a compreender como ocorreu a construção social da infância ao longo de nossa história nacional.

Numa ampla revisão histórica a partir de discursos, legislação e documentos oficiais, Rizzini (2011) nos apresenta as “raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil” e nos demonstra os paradigmas formulados sobre as crianças brasileiras.

Nesse sentido, a autora parte dos ideários que circulavam na transição do período monárquico para o republicano e sua fundamental importância para o pensamento social brasileiro. Nesse cenário, estava pulsante nos movimentos de formação política e social brasileiro a necessidade de se criar uma nação, que retirasse o Brasil “[...] do atraso, da ignorância e da barbárie para transformá-lo numa nação culta e civilizada”. (RIZZINI, 2011, p. 25). Nesse sentido, as crianças e suas infâncias se tornaram um dos focos de tais movimentos e do Estado diante do processo de construção de uma nação idealizada.

Há, portanto, dois movimentos privilegiados: a manutenção da infância pertencente à elite nacional, constituída desde a colonização europeia, com os padrões de educação e comportamento europeu e depois estadunidense, bem como a estigmatização da infância pobre apontada no pensamento social e nas práticas institucionais como perigosa, transgressora e carente de salvação. Se por um lado havia uma nação futura para se construir, com sujeitos futuros a se formar, a infância tida como perigosa e transgressora deveria ser a prioridade das ações do Estado.

No contexto de formação da sociedade moderna brasileira, com crescente processo de urbanização e industrialização são propostos e organizados aparatos estatais para coibir, tratar e salvar os filhos da população pobre e marginalizada no Brasil. No âmbito jurídico, se institui a categoria – o menor – para simbolizar e marcar de forma clara a criança categorizada como “[...] pobre e potencialmente perigosa; abandonada ou em perigo de o ser; pervertida ou em perigo de o ser.” (RIZZINI, 2011, p. 26). Constitui-se desde então – e buscamos sustentar que permanece até os tempos atuais - o paradigma da distinção entre as infâncias brasileiras.

Para Paulo Freire (1976) os elementos acima suscitados fazem parte do nosso processo histórico enquanto nação caracterizada como sociedade fechada e marcadamente estruturada a partir da inexperiência democrática. Sociedade fechada, pois foi constituída a partir de processos violentos, coloniais, escravistas, sem participação popular, marcada pela inexperiência democrática por ausência de autogovernos e dinâmicas que constituíssem a sociedade brasileira a partir práticas e comportamentos de participação.

Ou seja, o Brasil postulado a partir da colonização e de suas dinâmicas de exploração econômica, trabalho escravo indígena e africano, com poderio feudal, com ampla concentração de terra nas mãos dos senhores rurais, (FREIRE, 1976)

As narrativas sobre diferentes infâncias no Brasil, ou as marcadas diferenças entre o menor e a criança, como aponta Rizzini (2011), bem como as disputas contra uma sociedade com característica fechada, como aborda Freire (1976), dialogam com as noções de Santos (2007) e a crítica à modernidade e a produção de um “pensamento abissal”. Nesse sentido, buscamos nesse recorte de trabalho apontar as concepções sobre a infância no Brasil e como tais concepções se relacionam com a construção social que legitima alguns sujeitos em detrimento de outros.

Para alcançar tais objetivos e lançar luz sobre as problematizações apontadas, estamos na atual tese em período de campo – agora no sistema de Ensino Remoto Emergencial -, a partir do método de observação, tendo o instrumento do caderno de campo, junto à disciplina “Estudos sobre a infância”, ofertada as estudantes no 4º período do curso de Pedagogia na UFMG. A escolha por essa disciplina está ligada ao seu caráter precursor no curso de Pedagogia, sendo esta a primeira disciplina na grade curricular tendo a infância como objeto específico. Após o período de observação, pretende-se utilizar os instrumentos de questionário e entrevista narrativas para compreender os objetivos propostos na pesquisa.

As primeiras observações nos indicam que os questionamentos das discentes durante a disciplina citada sinalizam para um primeiro contato com as categorias elaboradas e discutidas pelo campo dos Estudos da Infância. Ou seja, os fundamentos teóricos, metodológicos e as discussões realizadas na turma tendem a ter forte impacto perante a formulação ou (re)formulação das concepções sobre as infâncias elaboradas pelas discentes.

Temos como objetivo, ao longo da tese, ampliar nossos estudos sobre as disputas de narrativa perante as infâncias. Compreendemos que os movimentos sociais, os movimentos dos oprimidos têm muito a contribuir para que possamos rediscutir “consagrados” conceitos de criança, infância e educação e, nesse sentido, para a proposição de outras concepções e outras pedagogias.

Palavras-chave: concepções de infâncias; infâncias brasileiras e latino-americanas; formação docente; formação em Pedagogia.

Referencias

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1976.

SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 71-94, Nov. 2007

RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes históricas das políticas sociais para a infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.